

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.688 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2003

## Lula entrega reformas hoje e Sarney prevê votação rápida

Presidente da República apresenta pessoalmente ao Congresso as propostas de mudanças no sistema tributário e na Previdência. Presidente do Senado espera que a tramitação no Legislativo demore no máximo quatro meses

Gerardo Almgela



Sarney afirma que Congresso pode votar as reformas num prazo máximo de quatro meses

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrega hoje pessoalmente ao Congresso Nacional as propostas de reforma tributária e da Previdência. O ato está previsto para as 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, José Sarney, espera que a tramitação no Legislativo seja rápida. Segundo ele, se o governo conseguiu ouvir a sociedade e elaborar as propostas em apenas quatro meses, o Congresso poderá discuti-las e votá-las num prazo máximo semelhante. Sarney disse que há mais de 100 anos se fala em reformas, mas agora há “vontade política de realizá-las”.

PÁGINA 3

## Conselho aprova abertura de processo contra ACM

Márcia Kallume



Márcia Kallume

Paulo Octávio apresentou voto em separado, mas, por oito a sete, o Conselho de Ética acompanhou o relator, Geraldo Mesquita Júnior, que propôs a abertura de processo contra Antonio Carlos

PÁGINA 7

## Certidão gratuita pode ser norma constitucional

PÁGINA 2

## Aprovados cinco diretores para o DNIT

Em votações secretas extra-pauta, o Plenário aprovou cinco indicações para diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). O número de votos contrários foi crescendo a cada votação, culminando em um empate – 34 a favor e 34 contrários – na última delas. Em nova votação determinada pelo presidente do Senado, José Sarney, foi finalmente aprovado o nome de Washington Lima de Carvalho para a diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT, por 47 votos a favor, 20 contrários e três abstenções.

As matérias foram incluídas na pauta pelo senador Sarney, com a aquiescência de todos os líderes. Todas elas tinham parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) à aprovação do indicado. Na primeira delas, foi aprovado o nome de Antonio Mota Filho para diretor de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT, por 48 votos contra 18 e uma abstenção.

José Antonio Silva Coutinho foi aprovado para ocupar a direção-geral do DNIT por 41 votos favoráveis, 23 contrários e duas abstenções. Já Ricardo José Santa Cecília Corrêa teve 38 votos por sua aprovação para a diretoria de Planejamento e Pesquisa, com 28 contra e uma abstenção.

Para a diretoria de Administração e Finanças foi aprovado Sérgio de Souza Pimentel, por 35 votos a favor, 31 contra e uma abstenção.

### EMBAIXADORES

Também em votação secreta, o Plenário aprovou Sérgio Amaral para embaixador do Brasil na França, com 52 votos favoráveis, 15 contrários e uma abstenção. Foram ainda aprovados Synesio Sampaio Góes Filho para embaixador em Luxemburgo e a retirada da indicação de Valdemar Carneiro para a embaixada na Venezuela.

# Primeiras certidões podem ser fornecidas de graça

Plenário aprova em primeiro turno proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Pedro Simon

O Plenário aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a gratuidade para o registro e a primeira emissão das certidões de nascimento, casamento e



Simon: milhões de brasileiros não têm documentos

óbito. Aprovada por 60 votos a um, a matéria volta ao Plenário para o segundo turno de votação.

Simon afirmou que “milhões de brasileiros nascem, vivem, se jun-

tam e morrem sem certidão ou outro documento”. Ele lembrou que a gratuidade das certidões já fora aprovada pelo Senado, na forma de lei que foi contestada e derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF). Acrescentou que Ruth Cardoso, ex-primeira-dama do país, lhe telefonou pedindo a aprovação da PEC, que, por alterar diretamente a Constituição, dificilmente poderá ser

constatada.

Todos os líderes orientaram as respectivas bancadas a aprovarem a matéria. O do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse que o partido homenageava a iniciativa de Simon. Tião Viana (AC) declarou “respeito ao mérito do projeto”.

### DISTRITOS

O Plenário aprovou cinco projetos de Romero Jucá (PSDB-RR) que autorizam a criação de distritos agropecuários nos municípios de Caroebe, Rorainópolis, Bonfim, Iracema e Mucajá, todos em Roraima. As proposições serão enviadas à Câmara dos Deputados.

## Mantega: Lula ainda vai dobrar salário mínimo

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprirá a promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos de governo. Ele foi questionado sobre a promessa durante debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

—O presidente mantém seu compromisso, mas isso não é para agora. Um aumento grande do salário mínimo exige remanejamentos dentro do Orçamento — sustentou Guido Mantega. Ele discutiu com os deputados e senadores a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004, que não faz referência a aumento real do mínimo.

Parlamentares de oposição ponderaram que o gasto com o aumento real será tão grande que deveria constar da própria LDO.

Mantega insistiu que a reforma tributária não irá aumentar a carga tributária do país, hoje em 36%,



Guido Mantega (E), ao lado de Mestrinho, fala na CMO

e reconheceu que o governo ainda precisará da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja vigência termina neste ano. Mais: o governo Lula não poderá abrir mão da Desvinculação de Receitas da União

(DRU), pela qual o governo usa como quiser 20% das receitas vinculadas. Parlamentares do PSDB, PFL e PPB disseram que o governo Lula adota política econômica idêntica à de Fernando Henrique Cardoso, que o PT criticava.

## Virgílio quer prazo para emendas

A prorrogação do prazo de apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi reivindicada pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). A solicitação foi dirigida ao líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP), e justificada pela existência de discrepâncias entre o texto em discussão e o aprova-

do no ano passado.

— É preciso ter um orçamento a tempo, a hora e o mais perto da perfeição — declarou.

Em resposta, o presidente do Senado, José Sarney, informou que iria consultar as lideranças partidárias sobre a proposta de estender o prazo de emendas à LDO, que se encerra em 5 de maio.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2003

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02 (destina o percentual de 0,5% da arrecadação do IR e do IPI para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72 (estabelece que vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99 (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento); substitutivo do Senado ao PLC nº 53/01 (modifica o número de candidatos às eleições); substitutivo ao PR nº 10/01 (estabelece que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à CAE para expor as decisões adotadas pelo Copom); Mensagem nº 78/03, solicita a retirada do PLC nº 134/01 e altera o artigo 618 da CLT; entre outras matérias.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Mensagem nº 87/03 (apreciação do nome de José de Castro Meira para compor o STJ); PLC nº 11/03 (altera o Código Penal e o Código de Processo Penal); e PEC nº 21/03 (competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); entre outros.

10h — PLS nº 392/99 (notificação da liberação de recursos federais); PLS nº 38/03 (gestão de recursos humanos das agências reguladoras); PLS nº 271/01 (sobre o Programa Nacional de Desestatização); PEC nº 30/01 (imunidade tributária às instituições de apoio a micro e pequenas empresas); PEC nº 27/99 (altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); PEC nº 31/00 (sobre licença-maternidade as mulheres que adotarem crianças); PEC nº 45/01 (perda do cargo do servidor público não estável); PEC nº 08/02 (acumulação de cargos no magistério); PEC nº 12/02 (prazos para o Tribunal de Contas da União atender as solicitações); PEC nº 39/01 (cria a Procuradoria do TCU); PEC nº 30/02 (eleições); PLC nº 96/01 (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico); PLS nº 566/99-Complementar (procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária); PLS nº 624/99 (Fundação Universidade Federal do Tocantins); PLS nº 218/00 (procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização); entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

9h30 — Subcomissão Temporária de Extração Mineral  
Pauta: definição do calendário em relação às visitas às cidades de Canaã e Carajás. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Educação  
Pauta: audiência pública com o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Eugênio de Oliveira Fraga. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: Avisos do TCU encaminhando cópias de decisões referentes a auditorias realizadas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shlessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Sarney: reformas serão votadas em quatro meses

Presidente do Senado participa hoje, às 16h, da solenidade de entrega das propostas das mudanças previdenciária e tributária, que serão encaminhadas pessoalmente ao Congresso pelo presidente Lula



Sarney observa que as reformas apontam para o caminho do equilíbrio social

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a disposição do Congresso Nacional é a de examinar com urgência as reformas que serão entregues hoje, pessoalmente, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade prevista para as 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Segundo Sarney, se o Poder Executivo conseguiu ouvir a sociedade brasileira e elaborar as propostas de reforma dos sistemas previdenciário e tributário em apenas quatro meses, o Congresso também poderá discutir e votá-las num prazo máximo também de quatro meses.

Ao comentar o significado das reformas propostas pelo presidente da República, Sarney afirmou que elas apontam para o ca-

minho do equilíbrio social, ressaltando a conduta mantida até aqui pelo presidente Lula, de usar o seu carisma e a sua liderança não para negar tudo o que foi feito no país até hoje, mas para propor mudanças essenciais à melhoria da vida do povo brasileiro.

## REFORMAS POSSÍVEIS

Para Sarney, as reformas não são as ideais, mas as possíveis, levando-se em conta o conjunto

dos diferentes interesses dos mais diversos setores da sociedade.

— Há mais de 100 anos falamos em reformas — lembrou. A diferença agora é que há, por trás delas, uma decisiva vontade política de realizá-las.

O presidente do Senado observou ainda que o momento é propício às mudanças, pois houve no Brasil enorme amadurecimento da classe política.

## Serys diz que falta articulação com os parlamentares

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apontou dificuldades de articulação entre o Executivo e os parlamentares. O assunto, disse ela, já foi discutido na bancada do governo no Senado. Na avaliação da senadora, a burocracia tem representado entraves a um bom relacionamento entre governo e Parlamento.

— Tem existido muito entrave no relacionamento dos parlamentares, dos senadores, de uma maneira geral, com os mais diferentes escalões governamentais — disse.

Serys afirmou que alguns ministros têm criado barreiras para um contato mais ágil com os senadores. Ela aconselhou o líder do governo, Aloizio Mercadante, a “dar um puxão de orelhas” em autoridades que agem com “estrelismo e falta de educação”.

## Papaléo lê mensagem de cidadão a Lula

O amapaense Edmundo João Costa Campos, que viajou de bicicleta de Macapá a Brasília, enviou uma mensagem ao presidente Lula da Silva em que pede a realização de reformas que solucionem as graves desigualdades sociais do país. A mensagem foi lida em Plenário ontem pelo senador Papaléo Paes (PTB-AP).

“As necessidades de nosso povo — suas fomes — são maiores que as ideologias que possam nos dividir; e a esperança e o compromisso precisam, urgentemente, ser bem maiores que a insensibilidade de parcela de nossas elites”, afirma o amapaense em seu texto.

## Efraim lidera recém-criado Bloco da Minoria

Como líder do PFL, o senador José Agripino (RN) leu ontem em Plenário expediente assinado por ele e pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), oficializando a formação da Liderança Parlamentar da Minoria, de oposição ao governo Lula da Silva. Agripino informou que os partidos escolheram o senador Efraim Morais (PFL-PB) para liderar o bloco.

José Agripino explicou que o bloco pretende atuar cobrando os compromissos de campanha e de coerência e exercer a oposição “verbalizando a opinião do cidadão, a opinião das ruas, o grito dos que estão insatisfeitos”.

Já Arthur Virgílio disse que era “profundamente honroso” para o PSDB poder integrar o bloco de oposição. Para ele, apesar de o blo-



Agripino explica que o bloco pretende cobrar do governo os compromissos de campanha

co começar a atuar como minoria, sua vocação não é de permanecer como tal, de modo que vai insistir em chamar a nova formação como “bloco de oposição”.

O líder do PSDB afirmou que o novo espaço está aberto a adesões e que o bloco tem afinidade com ampla parcela do PMDB e algumas

lideranças do PDT. Arthur Virgílio acredita que em breve a minoria parlamentar se torne maioria, sem que isso signifique ameaça para o Brasil. Para ele, a atuação do bloco poderá colaborar com o governo Lula, apontando seus erros e acertos. Arthur Virgílio elogiou também a escolha de Efraim Morais como líder e lembrou que ele foi presidente da Câmara dos Deputados.

Tiã Viana (AC), líder do governo, cumprimentou Efraim pela indicação e disse esperar do novo bloco a defesa das reformas do Estado brasileiro. Ele ressaltou a importância do momento: Lula comparecerá hoje ao Congresso para entregar as propostas de reforma, com o objetivo de construir “um Brasil da inclusão social e da cidadania”.



Almeida Lima sugere que incentivos à industrialização do Nordeste sejam considerados

## Almeida Lima critica proposta tributária

O senador Almeida Lima (PDT-SE) criticou a proposta de reforma tributária, por entender que a proibição de oferecer isenções fiscais a novos empreendimentos industriais nos estados, aliada à tendência de manter a cobrança do ICMS na origem dos produtos, e não em seu destino, engessar as desigualdades regionais de modo irreversível.

Para Almeida Lima, afirmar que numa etapa posterior será decidido se o ICMS será cobrado na origem ou no destino, representa uma falácia, pois “todos sabem o que acontece com legislações complementares à Constituição no Congresso”.

— Ou se inclui, já, um projeto para estimular a industrialização nos estados mais pobres, notadamente do Nordeste, ou a chamada ordem natural das coisas, substanciada na política do “é dando que se recebe”, prevalecerá — ressaltou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) confirmou que, sem incentivos fiscais, o Piauí nem teria atraído sequer uma das 136 indústrias que se estabeleceram no estado quando ele foi governador.

## Jefferson anuncia que vota contra desconto de inativos

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), anunciou sua decisão pessoal e a de seu partido de votar contra a taxa de inativos, um dos pontos mais polêmicos da reforma da Previdência. “Não se trata de corporativismo ou oportunismo”, esclareceu, relacionando razões de ordem jurídica, ética e política para discordar da cobrança.

Jefferson citou o artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, observando que nenhuma lei pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. “Isso é tão sagrado que só poderia ser mudado pelo constituinte”, assinalou, em alusão ao reconhecimento do dispositivo como cláusula pétreia.

A única hipótese constitucional que exclui a reivindicação do direito adquirido, segundo Jefferson Péres, está prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): não seria possível invocar essa garantia no caso de recebimento de vencimentos e vantagens de servidores ativos ou inativos que ultrapassem teto previsto pela Constituição.

Seja qual for o valor, o senador afirma que um corte de 11% na remuneração de quem já tem idade avançada, arca com pesadas despesas médicas e não tem reajuste há vários anos vai afetar o orçamento familiar. “É uma crueldade fazer isso com uma pessoa idosa”, disse, expondo os argumentos éticos contrários à



Jefferson considera que “é uma crueldade fazer isso com uma pessoa idosa”

medida.

O parlamentar considera que o governo, ao defender a aprovação da medida, irá promover desgate desnecessário com sua base parlamentar, pois a contribuição dos inativos representará uma “parcela ínfima” na cobertura dos gastos previdenciários. Jefferson ressaltou que não falava para defender uma categoria ou angariar votos no serviço público, mas por convicção pessoal e partidária.

# Lúcia Vânia protesta contra o fechamento de gerências do INSS

Senadora lamenta principalmente a perda da unidade de Anápolis, em Goiás, responsável pela manutenção de 162 mil benefícios e fiscalização de 22 mil empresas

O decreto que extingue 13 das 102 gerências regionais executivas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsáveis por 1.125 agências em todo país, recebeu ontem o protesto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que lamentou principalmente a perda da gerência de Anápolis, segunda maior cidade de Goiás. De acordo com a senadora, o decreto foi publicado no dia 2 deste mês e estipula um prazo de 30 dias para que as atividades dessas gerências passem para as que vão continuar funcionando.

A senadora explicou que a jus-

tificativa do governo é a necessidade de enxugar a máquina administrativa e de atingir resultados operacionais definidos pela atual administração. Já o argumento utilizado para a extinção da unidade de Anápolis foi sua proximidade com a capital do estado, Goiânia, onde funciona outra gerência do INSS.

— É uma decisão no mínimo curiosa, haja vista a grande demanda pelos serviços em um município tipicamente industrial. A gerência de Anápolis é responsável pela manutenção de 162 mil benefícios e a fiscalização de 22 mil



Redução de agências em grandes cidades compromete prestação de apoio regional, diz Lúcia Vânia

empresas — afirmou.

Lúcia Vânia acrescentou que a gerência de Anápolis tem ainda

como atribuição legal a supervisão de 117 municípios. Ela informou que a procura “é tão grande” que a unidade local costuma ser um pólo de difusão de serviços previdenciários para cidades vizinhas, como Caldas Novas e Goianésia, com atendimento móvel e plantões nos fins de semana. Essa sobrecarga de atribuições, emendou a senadora, é a realidade das gerências localizadas nas maiores cidades do país, nas quais o INSS tem sido obrigado a fazer um reforço no atendimento aos segurados e realizado mutirões para analisar processos.

## Sarney destaca seguro para desempregado

Criador do seguro-desemprego no Brasil em 1986, quando ocupava a Presidência da República, o senador José Sarney, presidente do Senado, falou sobre as origens dessa conquista social que completa 17 anos hoje e somente no ano passado atendeu 4,8 milhões de trabalhadores.

— É uma data importante, pois o seguro-desemprego era uma grande aspiração dos trabalhadores, da qual sempre se falava, mas só se concretizou quando eu era presidente da República, no mesmo decreto que editou o Plano Cruzado — disse.

O seguro-desemprego foi instituído junto com o Plano Cruzado pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e passou a ser concedido aos trabalhadores a partir da sua regulamentação, que veio logo a seguir, pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril do mesmo ano. Sarney esclareceu que, com a instituição do Plano Cruzado, houve a preocupação de adotar também medidas de proteção dos trabalhadores.

— Concedemos um abono de 9% a todos, asseguramos o gatilho para corrigir os salários sempre que a inflação alcançasse determinado nível e criamos o seguro-desemprego — lembrou.

Para José Sarney, o Plano Cruzado “atingiu seus objetivos, pois conseguimos reduzir o desemprego a 2,9% e hoje ele chega a quase 20%”.

## Paim elogia decisão que favorece aposentado

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a decisão do Conselho Federal de Justiça que estabelece o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) como índice para correção dos benefícios de 22 milhões de aposentados e pensionistas, no período de 1997 até 2001, assegurando um reajuste retroativo de 17,5%. Segundo Paim, foi feita justiça porque não é correto, “como fizeram os últimos governos”, usar o IGP-DI para corrigir o salário de contribuição, mas, no momento de corrigir o salário mínimo ou os benefícios dos aposentados e pensionistas, utilizarem um outro ín-



IGP-DI passa a corrigir benefícios de aposentados e pensionistas, informa Paulo Paim

dice que mais lhes interessassem.

— A partir dessa decisão, o índice que passa a corrigir tanto o salário mínimo como os benefícios dos aposentados e pensionis-

tas é o IGP-DI. E é bom lembrar que o IGP-DI dos últimos 12 meses está em 30,7%. Assim, cria-se uma expectativa nos milhões de aposentados de que esse seja o índice doravante utilizado de forma definitiva na correção dos benefícios e também do salário mínimo — disse.

Paim também apelou ao governo para que o INSS não interponha recurso no sentido de que essa decisão tenha que seguir ainda ao Supremo Tribunal Federal (STF), “até porque a maioria das decisões tomadas pelo Conselho da Justiça Federal acaba sendo recomendadas e aprovadas também no STF”.

## Renan: gerar empregos é o maior desafio

A questão mais crucial do momento — e que deve ser debatida com a sociedade — é a necessidade de geração de emprego e renda, afirmou ontem o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) em pronunciamento sobre o Dia do Trabalho. O senador salientou que o problema do desemprego não é só brasileiro. Ele citou dados das Nações Unidas segundo os quais serão necessários um bilhão de novos empregos nos próximos dez anos para fazer frente à demanda mundial por postos de trabalho.

— Mantida a tendência atual, alguns estudos têm demonstrado que, nos próximos anos, apenas 25% da população economicamente ativa será de trabalhadores permanentes, qualificados e

protegidos pela legislação, 25% de trabalhadores estarão nos chamados setores informais e 50% desempregados ou subempregados — alertou o senador.

Outro problema apontado pelo líder do PMDB diz respeito à qualidade do ambiente de trabalho. As estatísticas oficiais apontam cerca de 400 mil acidentes de trabalho no Brasil a cada ano. Para o senador, o tema da geração de empregos e da necessária melhoria das condições de trabalho tem encontrado ressonância no Congresso Nacional. Renan também elogiou as iniciativas adotadas pelo governo federal, em especial o programa Primeiro Emprego, de colocação de jovens no mercado.

— Tenho plena confiança de que todo esse esforço de governantes



Renan Calheiros elogiou iniciativas do governo federal, como o programa Primeiro Emprego

e do povo brasileiro estará firmemente calçado na busca de se colocar o desenvolvimento a serviço de uma sociedade mais justa, onde os frutos e benefícios do trabalho humano sejam equitativamente distribuídos — observou Renan Calheiros.



Jonas Pinheiro: eventos agropecuários também abrangem agricultura familiar

## Jonas Pinheiro aplaude pujança do setor agrícola

Os leilões e agrishows, que batem recordes de participação e negócios, foram citados ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) como exemplos de pujança e vigor dos produtores agropecuários.

— Ontem compareci, com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, à abertura do 10º Agrishow de Ribeirão Preto, onde se espera 150 mil pessoas e a comercialização de R\$ 1,2 bilhão em negócios. É terceiro maior evento desse tipo no mundo — garantiu.

O senador observou que eventos agropecuários estão se expandindo para abranger a agricultura familiar.



Hélio Costa endossa pedido de apoio aos cafeicultores feito pelo governo de Minas Gerais

## Governo deve investir no café, diz Hélio Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou ontem que juntava sua voz à do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que reivindicou ao governo federal a liberação de R\$ 3 bilhões destinados ao setor cafeeiro para 2003. O segmento pretende uma garantia de preço efetiva que permita que o café volte a encontrar uma curva de crescimento.

Os cafeicultores brasileiros, segundo Hélio Costa, pleiteiam apoio para balizar o preço da saca do grão no mercado, por meio do reajuste dos valores dos contratos de opção de compra, passando dos atuais R\$ 200 para R\$ 220 a saca, a partir de setembro.

## Maiores de 65 anos liberados da taxa de passaporte

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram, em reunião realizada ontem, projeto do senador Mazarildo Cavalcanti (PPS-RR) que isenta os passageiros com mais de 65 anos do pagamento de taxa de emissão de passaportes e outros documentos de viagem. A matéria tramitava em caráter terminativo, recebeu parecer favorável do senador Efraim Morais (PFL-PB) e agora segue para exame da Câmara.

Mazarildo justifica o projeto por complementar dispositivo constitucional que garantiu a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 anos e atender à Política Nacional do Idoso, criada para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Efraim argumentou em seu relatório que a idéia está em conformidade com a Campanha da Fraternidade deste ano e não resultará em decréscimo relevante na arrecadação da receita da União.

Na discussão do projeto, o senador Almeida Lima (PDT-SE) votou contrariamente, alegando que, apesar de meritória, a medida não terá o efeito desejado pelo autor, pois as pessoas que viajam para o exterior têm recursos suficientes para pagar as taxas.

## Projeto proíbe tarifa de serviço não prestado

Na reunião de ontem, os integrantes da CAE também aprovaram, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto original do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que proíbe a cobrança de tarifas dos serviços públicos de saneamento básico quando não forem prestados. O projeto tramitava em caráter terminativo na comissão e agora deverá seguir para apreciação da Câmara dos Deputados.

Em outra decisão, a CAE aprovou proposta do senador Paulo Octávio (PFL-DF) para a realização de audiência pública, ainda sem data marcada, destinada a analisar as possibilidades e vantagens de o Brasil implementar sistema tributário baseado em imposto único federal.

A intenção do encontro, explicou Paulo Octávio, é a de aproveitar o momento em que o governo está encaminhando proposta de reforma tributária ao Congresso Nacional para debater melhor o assunto.

Na opinião do senador Paulo Octávio, a idéia de imposto único, defendida pelo professor tributarista Marcos Cintra — que será um dos expositores da audiência —, pode significar o aperfeiçoamento e a simplificação do modelo tributário nacional.

# Planos podem ter que pagar por acompanhante em UTI

CAE aprova projeto que obriga seguros privados a arcar com as despesas de familiares de menores em tratamento intensivo

Os planos e seguros privados de saúde poderão ser obrigados a arcar com as despesas dos acompanhantes dos pacientes menores de 18 anos, inclusive daqueles que necessitem ficar internados em unidades de terapia intensiva (UTIs). A determinação consta de projeto de lei do senador licenciado Luiz Pontes aprovado por unanimidade ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A votação da matéria tinha caráter terminativo e agora segue para a Câmara, a não ser que haja recurso para apreciação em Plenário. Na comissão, o projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que apresentou emenda, também acatada pela CAE, ampliando a idade dos pacientes — cujos acompanhantes serão também segurados — para até 18 anos. Pelo projeto original, o autor definia o pagamento dos custos apenas para os pacientes e acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internados em UTIs.

Segundo informou o autor, as operadoras de planos e seguros



Mão Santa (D) lê relatório favorável ao projeto do senador licenciado Luiz Pontes: emenda amplia idade dos pacientes que serão beneficiados

privados de saúde têm se recusado a arcar com as despesas dos acompanhantes de pacientes menores de 18 anos de idade, por interpretarem que a norma em vigor, em caso de internação em UTI, não indica a necessidade de permanência dos pais ou responsáveis no hospital.

Autor e relator do projeto discordaram totalmente dessa interpretação, avaliando como preocupante o “abuso que vem sendo cometido pelas operadoras de planos de saúde” nesse campo.

Para Mão Santa, é muito importante a presença no local de pai, mãe ou responsável no processo

de recuperação de crianças gravemente enfermas — mesmo que o acompanhante não possa estar em contato direto com a criança —, pelo fato de a presença dos responsáveis conferir tranquilidade e segurança ao paciente.

Ele também citou o êxito de alguns serviços materno-infantis públicos no Brasil e no exterior que conciliam tecnologias avançadas e estratégias de humanização assistencial, entre os quais a preservação da figura materna nos hospitais. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou o projeto, ressaltando seu caráter humanista.

## BC prestará contas à CAE sobre processos de liquidação

O projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que estabelece controle externo nos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras pelo Banco Central foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto seguirá diretamente para a Câmara, caso não seja apresentado recurso para sua votação em Plenário.

O projeto inclui dois novos dispositivos na atual legislação. O primeiro determina que o Banco Central (BC) encaminhe semestralmente à CAE relatório detalhado do que está ocorrendo com as instituições financeiras sob processo de intervenção e liquidação. O segundo prevê que a nomeação dos interventores e dos liquidantes seja referendada pelo Senado Federal, por meio de voto secreto, após serem sabati-

nados pela CAE, no prazo de 90 dias depois de serem nomeados.

O parecer do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) foi favorável à proposta que, segundo ele, dará maior transparência a esses processos, com controle externo exercido pelo Senado sobre matéria de grande importância.

Aprovado por 19 votos, o projeto teve apenas uma abstenção, do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que pediu esclarecimento sobre o processo de nomeação dos interventores e liquidantes, por entender que não ficou claro quem será responsável pelo encaminhamento dos nomes ao Senado. Jucá observou que o envio é de competência da Presidência da República.

Na justificativa do projeto, Jucá lembra que o BC decretou mais de 186 liquidações e mais de 110 regimes de administração espe-



Romero Jucá citou caso do Banco Estadual de Roraima, que completou dez anos sem solução

cial temporária (Raet) nos últimos dez anos. Alguns deles, segundo o senador, estão se arrastando por “um tempo injustificável e nocivo para a economia da região atingida pela intervenção”. Citou o caso do Banco Estadual de Roraima, que vai completar dez anos sem solução. Devido à importância do projeto, Jucá decidiu reapresentá-lo. O projeto havia sido arquivado, por não ter sido apreciado na legislatura passada.

## Locadoras poderão emitir duplicatas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que autoriza a emissão de faturas e duplicatas pelas locadoras de bens móveis. A proposta agora será apreciada em Plenário.

Segundo o relatório de Azeredo, o projeto legaliza uma prática usual no mercado e que, do ponto de vista comercial, não prejudica nenhuma em-

presa ou pessoa física. No entanto, “algumas decisões judiciais têm negado a essas empresas o referido direito, sob o argumento de que a norma legal somente admite a emissão de duplicatas por empresas que se dediquem à prestação de serviços”, não contemplando a locação de bens móveis, conforme o relator. Sem o direito de emissão desses títulos, observou Azeredo, essas empresas têm encontrado dificuldade de acesso a créditos de instituições financeiras.

### BENS DE VIAJANTE

Os integrantes da CAE acompanharam o relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), na decisão de rejeitar projeto do ex-senador Carlos Patrocínio que pretendia determinar normas sobre bagagens e outros bens de viajantes ao exterior ou aqueles procedentes de outros países. O senador afirmou que a matéria, devido a sua complexidade e peculiaridade, deve continuar sendo regida pelo Regulamento Aduaneiro.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista coletiva a outras duas propostas. A primeira, com substitutivo do relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), estimula o uso de gás natural como combustível em todo o território nacional. A segunda dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em coletivo destinado a transporte escolar, com parecer do senador Mesquita Júnior (PSB-AC) pela sua rejeição.

# Ano de 2004 pode ser dedicado ao educador

Ideli Salvatti afirma que objetivo do projeto é resgatar prestígio do magistério, tornando valorização do professor prática permanente

Projeto que denomina 2004 como o "Ano do Educador e da Valorização Profissional do Professor" foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), mediante substitutivo da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A proposta, de autoria da deputada Marisa Serrano, será votada agora pelo Plenário do Senado.

Ideli Salvatti observa que o educador é peça-chave no desenvolvimento de qualquer país. Por isso ela entende que a sociedade deve resgatar o prestígio e a importância do magistério, fazendo da valorização profissional do professor uma política permanente, para colocar sempre em evidência o que chamou de ato humanitário de educar.

O substitutivo prevê a conces-



Proposta aprovada pela Comissão de Educação será submetida agora à deliberação do Plenário do Senado

são de subsídio ao acesso e à formação sociocultural dos professores, bem como a análise e acompanhamento da execução dos recursos orçamentários destinados ao setor educacional.

Na mesma reunião, foi rejeitado o projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) determinando a obrigatoriedade de as emissoras de rádio e televisão transmitirem cursos de língua estrangeira.

## Adiado exame de voto de censura a Cuba

Na reunião de ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) adiou para o dia 8 a decisão sobre dois requerimentos de voto de censura contra Cuba por violação dos direitos humanos.

O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deixou a cargo do senador Hélio Costa (PMDB-MG) a preparação de um texto que harmonize as propostas dos requerimentos – de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM) – com a do relator das matérias, Tião Viana (PT-AC).

Em seu relatório, Tião Viana considera anti-regimentais os dois requerimentos e propôs que membros da comissão visitem o

país para verificar se realmente há atos que atentem contra os direitos humanos sendo perpetrados em Cuba. Os requerimentos foram motivados por recentes decisões do governo cubano de fuzilar três cidadãos que tentavam fugir para os Estados Unidos, e de condenar a até 27 anos de prisão 78 dissidentes do regime de Fidel Castro.

Arthur Virgílio e José Agripino apresentaram requerimento propondo repúdio e condenação de "ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes dos



Decisão da CRE sobre dois requerimentos de repúdio ao regime cubano ficou para o dia 8

direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano".

Jefferson Péres pediu o envio de voto de censura contra o governo de Cuba por "flagrantes violações aos direitos humanos" no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero.

## Suassuna: lideranças governistas impedem decisão

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem a demora da CRE em votar a moção de repúdio e censura ao ditador cubano Fidel Castro. Ele disse que há duas semanas a comissão tenta votar o documento, mas as lideranças do governo brasileiro não deixam porque o ditador cubano "é amigo".



Suassuna protesta contra adiamento

O senador lembrou que na juventude quis, com outros dois amigos, unir-se à guerrilha de Fidel Castro em Sierra Maestra por acreditar que seria possível ajudar a trazer liberdade para Cuba.

— Agradeço a Deus por não ter conseguido, pois teria ajudado a opressão, os

paredões e o exílio de boa parte da população cubana. Hoje vejo um sonho transformado em pesadelo para 10 milhões de cubanos — afirmou.

Suassuna lembrou que esteve em Cuba para ver o progresso anunciado por intelectuais e constatou que realmente houve algum avanço nas áreas da saúde e da educação. "Mas o médico também trabalha como olheiro do governo", acrescentou.

## Azeredo: estados não estão repassando recursos à saúde

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) advertiu ontem que estados e municípios estão descumprindo a emenda constitucional que obriga o repasse de recursos financeiros para a saúde. Ele citou o caso de Minas Gerais, onde o ex-governador Itamar Franco teria deixado de repassar, em 2002 e 2003, recursos da ordem de R\$ 1 bilhão para o setor. Acrescentou que o atual governador, Aécio Neves (PSDB), tem consciência do problema e não está medindo esforços no sentido de resolvê-lo.



Eduardo Azeredo lembra que medida é exigência constitucional

Azeredo citou estatísticas do Ministério da Saúde mostrando que, em 2003, os municípios deverão aplicar 13% de seus orçamentos em saúde, mas o próprio ministério espera que apenas 60% a 70% das unidades federadas cumpram efetivamente a legislação.

Segundo o senador, Minas não é um caso isolado entre os estados. Levantamento feito pelo Ministério da Saúde mostra que 17 das 27 unidades da Federação, em 2001, deixaram de aplicar R\$ 1 bilhão em ações e serviços de saúde.

## Crivella apresenta em vídeo o surgimento de Nova Canaã

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou ontem, em Plenário, documentário com cerca de 20 minutos de duração sobre a criação da Fazenda Nova Canaã, projeto de desenvolvimento social, de sua autoria, que atende a população vítima da seca no sertão baiano. A fazenda, com cerca de 450 hectares, faz parte do Projeto Nordeste, que pretende criar outras fazendas inspiradas nos kibutzim israelenses para atender vítimas da seca.

Após a exibição do vídeo, o se-



Venda de CD de Marcelo Crivella financiou criação da cidade baiana

nador Edison Lobão (PFL-MA) disse que aquele era um exemplo a ser seguido por todos os homens de bem. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lembrou que o projeto que levou à criação de Nova Canaã teve início antes de Crivella tornar-se um político e que "infelizmente" o vídeo era "um retrato do Brasil".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou estar admirado com a persistência, a coragem e o amor de Crivella.

## Serys denuncia condições precárias na Amazônia

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) denunciou em Plenário ontem as condições precárias a que estão submetidas as populações das áreas mais afastadas da região amazônica, especialmente na proximidade das fronteiras do país. Ela visitou a região na semana passada, integrando comissão de senadores e deputados federais, em companhia de oficiais do Exército.

Os parlamentares visitaram reservas indígenas e comunidades



Serys afirma que há 20 mil estrangeiros na Amazônia

que, segundo a senadora, sobrevivem em condições precárias, sem acesso à saúde e à educação. Serys defendeu a aplicação de recursos na região como forma de garantir a integração do território nacional e proteger as fronteiras e os recursos naturais da região.

— Tenho informações de que há 20 mil estrangeiros na Amazônia, pesquisando não se sabe o que nem para quem. São questões como essa que estão fugindo do controle do povo brasileiro.

# Conselho aceita pedido de processo contra ACM

Adotada por oito votos contra sete, decisão será encaminhada à Mesa do Senado, que tem poder de decidir pela continuidade da apuração ou pelo arquivamento das denúncias relativas à escuta telefônica na Bahia

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem por oito votos a sete o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) que recomenda a abertura de processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O relatório vai agora ser encaminhado à Mesa do Senado, que designará um relator para analisar e submeter a conclusão ao colegiado de senadores que formam a Mesa. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou relatório com voto em separado pedindo arquivamento da denúncia.

Antonio Carlos é acusado, com base no relatório, de envolvimento em esquema de escuta telefônica e gravações clandestinas com o uso de pessoal e tecnologia da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Após a aprovação do relatório, o próprio senador Geraldo Mesquita Júnior, acompanhado de Jefferson Péres (PDT-AM) e Flávio Arns (PT-PR), apresentou requerimento pedindo a dispensa do envio do relatório à Mesa, o que permitiria ao Conselho de

Ética a abertura imediata do processo contra Antonio Carlos. O presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), indeferiu o requerimento, com base na Constituição.

Se a Mesa do Senado decidir pela abertura do processo, todo o material apurado na fase de instrução será novamente encaminhado ao Conselho de Ética, que iniciará o processo de cassação do mandato. A Mesa pode também decidir pelo arquivamento do relatório.

Votaram a favor da abertura do processo os seguintes senadores: Geraldo Mesquita Júnior, Jefferson Péres, Heloísa Helena (PT-AL), Flávio Arns, Ana Júlia Carepa (PT-PA), Ramez Tebet (PMDB-MS), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Pelo arquivamento do processo, votaram os senadores Paulo Octávio, Demostenes Torres (PFL-GO), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Luiz Otávio (PMDB-PA), João Alberto (PMDB-MA) e Marcelo Crivella (PL-RJ).



Senadores apresentam razões a favor e contra o relatório de Geraldo Mesquita Júnior

Célio Azevedo

## Voto em separado aponta falta de provas

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou relatório com voto em separado pedindo o arquivamento da denúncia contra o senador Antonio Carlos Magalhães. Paulo Octávio argumentou que não havia qualquer prova que indicasse ser Antonio Carlos o mandante do grampo, que o esquema de escuta telefônica e gravações clandestinas aconteceu antes da posse do senador (portanto, descaracterizando a quebra de decoro parlamentar) e que a única prova de que o senador tinha conhecimento das gravações foi obtida de maneira ilícita – uma conversa telefônica

gravada de Antonio Carlos com o jornalista Luiz Cláudio Cunha.

A leitura do voto em separado de Paulo Octávio, de 15 páginas, durou exatos 40 minutos – das 17h40 às 18h20. Ele desqualifica o relatório de Geraldo Mesquita Júnior logo no início, ao dizer que a citação de filósofos e preceitos doutrinários, bem como da história do Parlamento, “é um trabalho literário digno de monografia”.

Paulo Octávio aponta ainda o relatório de Geraldo Mesquita Júnior como “gravemente falho” do ponto de vista técnico do direito aplicável ao fato concreto.

### A FAVOR DO PROCESSO

Jefferson Péres (PDT-AM) – “Os fatos são de uma evidência solar: o senador Antonio Carlos Magalhães se envolveu voluntariamente em delito grave por ação ou omissão. E, infelizmente, é reincidente. Não há como provar que ele ordenou o grampo, mas ele, no mínimo, soube do grampo e, em vez de denunciar o crime ao governador do estado, fez uso do material ilícito.”



Célio Azevedo

Heloísa Helena (PT-AL) – “Já há jurisprudência aqui mesmo no Conselho de Ética e no Supremo Tribunal Federal: a gravidade do delito o torna intemporal em relação ao mandato. Houve quebra do decoro parlamentar, o crime é grave, o senador Antonio Carlos, se não mandou, pelo menos sabia dos grampos, e ele é reincidente, o que é agravante em qualquer crime.”



José Cruz

Flávio Arns (PT-PR) – “Não é uma tarefa agradável julgar um colega, mas é uma obrigação de que não podemos fugir. É impensável, em termos de Bahia, imaginar um esquema de grampeamento de telefones dessa magnitude sem o conhecimento do senador Antonio Carlos Magalhães.”



Roque de Sá

Ana Júlia Carepa (PT-PA) – “Eu me sinto com o dever, pelos votos que recebi, de defender a insti-



Célio Azevedo

tuição para a qual fui eleita, o Senado Federal. E o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior é perfeito, cristalino.”

Eduardo Suplicy (PT-SP) – “Nesta longa convivência no Senado, aprendi a respeitar as qualidades do senador Antonio Carlos Magalhães. Mas temos também que respeitar a instituição para a qual fomos eleitos. O relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior traz para nós informações da maior importância.”



Roosevelt Pinheiro

Pedro Simon (PMDB-RS) – “É preciso aceitar, aprovar a peça acusatória do senador Geraldo Mesquita Júnior, e abrir o processo, dar seguimento às investigações, até para dar ao senador Antonio Carlos Magalhães a oportunidade de defesa. Se aprovarmos o relatório, não estamos condenando Antonio Carlos, mas admitindo que há indícios de crime.”



Célio Azevedo

Geraldo Mesquita Júnior – “Não tive qualquer propósito de satanizar o senador Antonio Carlos Magalhães. Preparei-me para elaborar o relatório com o espírito absolutamente isento, levando em conta que se trata de um senador eleito, com grandes virtudes e méritos em sua vida pública. Não tinha qualquer idéia preconcebida. Não soufri qualquer tipo de pressão.”



Jane de Araújo

### CONTRA O PROCESSO

Paulo Octávio (PFL-DF) – “Fiz o relatório com a consciência tranqüila, com a convicção e com a certeza de que, em todos os documentos que li e em todas as reuniões que assisti, não encontrei nada que pudesse comprovar que o senador Antonio Carlos Magalhães é o autor das escutas telefônicas ilegais na Bahia. Não sou da Bahia, nem amigo íntimo dele, mas, até agora, não existe nada que possa condená-lo.”



Roosevelt Pinheiro

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – “Não é possível apenas analisar a lista de vítimas das escutas ilegais e concluir pela imposição de uma pena a alguém por mera inferência. Sequer o inquérito policial conseguiu, até agora, apurar a autoria da escuta ilegal. O próprio senador [Geraldo Mesquita Júnior], em seu relatório, afirma que os fatos não estão cabalmente comprovados.”



Célio Azevedo

Marcelo Crivella (PL-RJ) – “Sinto profundo pesar de que a vida tenha trazido tantas armadilhas para o senador Antonio Carlos Magalhães. Peço aos companheiros que cada um de nós possamos, no fundo da nossa consciência, pesar numa balança



Célio Azevedo

e verificar se, durante a investigação e agora no momento do voto, estamos sendo justos.”

César Borges (PFL-BA) – “O relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior mais parece uma peça acusatória. Sequer considera os argumentos apresentados pela defesa do senador Antonio Carlos Magalhães. Não sei se o relator ficou ofendido por Antonio Carlos ter apresentado seus argumentos por escrito. Mas esse direito foi dado pela própria presidência do Conselho de Ética.”



Célio Azevedo

José Agripino (PFL-RN) – “A cassação para um político é como uma pena capital, uma pena de morte. Eu me pergunto: há justificativas cabais, provas irrefutáveis de que o senador Antonio Carlos Magalhães é culpado, para merecer a pena capital proposta pelo relator? O relatório contém apenas ilações e indícios, culpas claras não existem.”



Roosevelt Pinheiro

João Alberto Souza (PMDB-MA) – “Por falta de provas e em respeito aos 3 milhões de votos da Bahia, voto pelo arquivamento do processo.”



José Cruz

# Senadores discutem alternativas para revitalizar setor de transporte

Em audiência pública, parlamentares sugerem ao ministro Anderson Adauto a revitalização da malha ferroviária, mais investimento nas rodovias e aumento do controle dos recursos públicos

A audiência pública promovida ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, serviu para discutir novo modelo para o setor de transportes, tendo em vista que a falta de investimentos levou à degradação da infra-estrutura viária.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) sugeriu que o Brasil deve deixar o modelo de concentração do transporte em rodovias. Ele reclamou da falta de política de financiamento para a área, o que impossibilita a elaboração de planejamento a médio e longo prazo.

— Até a engenharia brasileira perdeu qualidade e deixou de ser referência internacional. Não há como haver processo de desenvolvimento consistente sem investimentos no setor de transportes — alertou.

Para o senador Roberto Satur-



A audiência com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, foi realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

nino (PT-RJ), a vinculação de recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) não será suficiente. Ele entende que o país precisa de um fundo de investimentos que disponha de R\$ 25 bilhões por ano para investimentos em transportes.

O senador José Maranhão

(PMDB-PB) defendeu a revitalização do setor ferroviário. O ministro disse que há condições de investimento em ferrovias, apesar de algumas concessionárias não conseguirem manter a qualidade da malha.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) questionou o ministro acerca das iniciativas para combater o des-

vio de recursos públicos. Ela registrou que, em muitos casos, as empreiteiras agem como cartéis. Anderson Adauto afirmou que o ministério está publicando todas suas contas na Internet e sua missão é convencer o mercado do setor de que sua pasta passa por um novo momento.

O senador João Batista Motta (PPS-ES) sugeriu que as balanças para pesagem dos caminhões nas estradas, uma das prioridades de Anderson Adauto, sejam instaladas nas carrocerias de caminhões, como em outros países. O ministro disse que vai analisar a idéia, mas observou que não há como deixar de construir balanças nas estradas, devido à necessidade de pesagem da frota.

Na sua intervenção, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou a condução do Ministério dos Transportes por Adauto.

## Adauto quer usar recursos da Cide em infra-estrutura

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, defendeu, na audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a vinculação de parcela dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para investimentos na manutenção e construção da infra-estrutura de transportes. “A Cide é a alternativa. Sem isso, não podemos imaginar que iremos melhorar a situação atual”, disse.

De acordo com o ministro, o Banco Mundial recomenda que um país com a economia e a dimensão territorial do Brasil deveria investir 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em infra-estrutura de transportes. Porém, desde 1988 esse percentual não ultrapassa 0,6% do PIB, o que levou à degradação da malha viária, ressaltou o ministro.

Adauto explicou que no governo do presidente Lula os investimentos serão orientados de forma a diminuir a participação da modalidade rodoviária no setor de

transportes. Atualmente, as rodovias são responsáveis por mais de 60% do transporte nacional. O ministro projeta a redução desse percentual para menos de 40%, aumentando a participação de ferrovias e hidrovias na matriz nacional do setor. Para o período entre 2003 e 2006, o ministro prevê investimentos de R\$ 22,7 bilhões, sendo que a recuperação de rodovias consumirá R\$ 5,4 bilhões e o restante será utilizado para mudar o perfil da matriz de transportes.

O ministro apontou que dará prioridade à recuperação da malha viária e à conclusão de obras iniciadas. Entre os investimentos estão: a construção da Ferrovia Norte-Sul, do Ferroanel de São Paulo e da Perimetral Rodoviária do Porto de Santos (SP); a ampliação do cais de Paranaguá (PR); a viabilização da hidrovía do Tocantins; a duplicação da BR-101, no Sul, e da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro; e obras de integração com a Guiana Francesa e o Peru.

## Quintanilha pede recuperação de estrada no TO

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) fez ontem apelo ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para que seja realizada operação



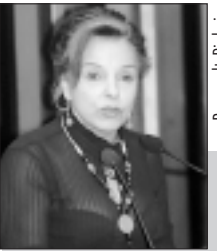
Quintanilha: situação facilita os assaltos

“tapa-buraco” na BR-153, que atravessa o estado do Tocantins. Ele lembrou que os 55 mil quilômetros de estradas de rodagem do país estão intransitáveis, ressaltando que a BR-153 merece uma ação emergencial pela multiplicidade de interesses econômicos que envolve.

— A quantidade de buracos está elevando o custo do transporte e das mercadorias transportadas, ceifando vidas humanas e até facilitando o trabalho dos meliantes, que, diante da baixa velocidade em que precisam trafegar ônibus de passageiros e caminhões de carga, têm menos dificuldades de assaltá-los — afirmou.

## Iris propõe casas-lares para idosos

A situação de abandono vivida por idosos brasileiros levou a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) a apresentar ontem projeto de lei para



Iris de Araújo quer tratamento digno aos idosos

viabilizar a implantação de centros de convivência e casas-lares no país. A medida seria possível, assinalou, mediante financiamentos federais dirigidos aos programas de habitação popular.

Apesar desses mecanismos de socialização e assistência estarem previstos na lei que instituiu a Política Nacional do Idoso, Iris de Araújo disse que foi “a flagrante carência de instrumentos concretos” para sua materialização que a estimulou a elaborar a proposta. “O Brasil tem a obrigação de oferecer tratamento digno aos idosos”, ressaltou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Leonel Pavan e Papaléo Paes